

O Ensino Profissional, uma promessa sob ameaça

Os cursos que as escolas profissionais oferecem continuam a ser muito importantes, volvidos vinte e um anos desde a sua criação. Sobretudo porque contribuem para a motivação e para a realização pessoal de muitos milhares de jovens portugueses. Essa é a sua mais importante razão de ser. Vi muitos destes jovens, muito desmotivados em relação à continuação de estudos e mesmo em relação à vida e ao futuro, ganharem nova coragem e força de viver ao aderirem a estes cursos e que hoje são profissionais muito realizados e melhores pessoas.

Claro que a criação dos cursos profissionais também qualifica os jovens numa dada área do saber técnico e profissional, ao mesmo tempo que se desenvolvem globalmente como pessoas. Assim sendo, os cursos devem conter alguma articulação com os mercados de trabalho.

No entanto, com a mobilidade que se está a gerar no mundo e no trabalho, as escolas profissionais cedo se deram conta de que qualificam para a vida e não apenas para o mercado local de trabalho. E o que vai ser e onde vai decorrer a vida laboral, os próximos cinquenta anos de exercício profissional, destes jovens? Não se sabe. Por isso, a qualificação não deve estar cegamente dependente apenas de solicitações locais, mas da leitura das tendências de evolução das sociedades e dos mercados de trabalho, em geral. Temos de estudar, ler sinais, apontar e cruzar tendências e modos de ver, estar atentos a economistas e sociólogos, mas também a filósofos e escritores...

As escolas profissionais nunca foram e não são “escolas para os pobres” e para quem não pode ir para o liceu, para quem tem de ser “seleccionado” aos dez anos de idade; são escolas que oferecem oportunidades mais completas de desenvolvimento humano, contando nos seus planos de estudo, além da formação técnica específica, com uma formação sociocultural e científica, devidamente adequadas; são escolas onde os alunos são pessoalmente apoiados e onde a progressão de estudos se faz por módulos (pequenos conjuntos de aprendizagens que têm de ser alcançadas por todos) e não por disciplinas anuais; são escolas abertas ao mundo e não pretendem reproduzir dentro de si os modelos fabris, industriais e antigos; são escolas que acompanham os seus alunos um a um, cuidando de cada rosto. Acolhem todos e a cada um dá a devida atenção, como instituições educativas.

Sobre a recente criação e proliferação dos cursos profissionais nas escolas secundárias importa sublinhar alguns pontos. Bati-me pelo alargamento dos cursos profissionais aos jovens que frequentam as escolas secundárias. Se esta modalidade de formação tem mais sucesso e tem provas dadas, então porque não criar outras oportunidades para mais jovens a poderem frequentar? Mas sempre disse que esse passo teria de ser dado com o maior cuidado, pois uma escola secundária e uma escola profissional são instituições muito diferentes, não basta querer dar esse passo, é preciso poder dá-lo sem cair num buraco.

Na verdade, não é assim tão simples reproduzir, numa escola secundária, o “ethos” de uma escola profissional, desenvolvido através de um árduo trabalho ao longo de vinte anos, sendo além disso, desde a sua origem, uma instituição que nasceu muito diferente, com outra marca institucional e educacional. Alargar o ensino profissional é bom, desde que se salvaguardem as condições do seu sucesso, que são, em grande parte institucionais. O fato faz o monge, diz o povo!

O que acontece é que o ME, desde 2005, tomando por base uma experimentação que se estava a realizar, disparou a criação destes cursos nas escolas secundárias, impondo a sua abertura a torto e a direito, em antigos liceus (que nunca deixaram culturalmente de o ser) e em escolas novas com ensino secundário e sem qualquer cultura de ensino profissional, sem qualquer programa de formação dos directores e dos docentes, sem programa publicamente debatido e escrutinado de equipamentos e instalações para tão grande número de cursos.

Há muitas escolas secundárias que estão a fazer um bom aproveitamento desta oportunidade de ampliação das suas ofertas educativas. Mas a maioria está, com os cursos profissionais que lhes impuseram, a criar “caixotes do lixo” para onde empurra os adolescentes e jovens com maiores dificuldades de aproveitamento escolar até ao 9º ano. Aquilo a que chamamos ensino profissional em Portugal não é isto e tem vinte e um anos de provas dadas. Era possível e fácil ter sido percorrido outro caminho. Este está a gerar a descredibilização do ensino profissional, mais do que a sua credibilização como percurso escolar de qualidade para qualquer jovem. E isso é grave, muito grave, porque corremos o risco de estarmos a andar para trás.

Tive oportunidade de arguir uma dissertação de Mestrado de Filomena Ramos que versa sobre a recente introdução dos cursos profissionais nas escolas secundárias. A investigação incide sobre duas escolas secundárias e sobre duas escolas profissionais, comparando os resultados obtidos junto de alunos e professores dos cursos profissionais, foi realizado junto de alunos e professores, em entrevistas semiestruturadas, no ano lectivo 2007/08, e foi defendida no ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Deixo aqui, pela sua actualidade, algumas conclusões e reflexões deste trabalho, que são apenas da minha responsabilidade. A comparação dos resultados das entrevistas entre escolas secundárias e profissionais fornece dados muito interessantes.

Verifica-se haver uma maior motivação de alunos e professores nas escolas profissionais. Quanto aos alunos, a razão da sua frequência deste tipo de ensino encontra-se fragilmente suportada em projectos vocacionais e resulta mais, nas escolas secundárias, de trajectos escolares prévios e precocemente orientados para vias alternativas de formação, rotuladas como vias para os “meninos do insucesso”.

Sobre a criação dos cursos profissionais nas Escolas Secundárias verifica-se, em concreto:

- a existência de várias dificuldades na implementação destes cursos (pedagógicas, de equipamentos, de formação dos docentes, de ligação ao meio socioeconómico, de saída para o mercado de trabalho...);

- que os cursos profissionais (CP) tendem a destinar-se prioritariamente aos “alunos do insucesso”, em boa medida como continuidade dos cursos CEF;
- que não houve preparação prévia (ou um processo experimental e incremental), no que respeita sobretudo aos docentes e às escolas como organizações, em particular as que nunca foram vocacionadas para este tipo de ensino;
- que os CP contribuem hoje para reduzir o abandono escolar, estancar os jovens nas escolas, mas não estão a reduzir o insucesso, o que remete para questões de fundo não resolvidos, relativas ao acompanhamento escolar dos percursos de cada aluno e de todos os alunos;
- que os serviços de Psicologia e Orientação intervêm muito nas escolas em causa, mas a sua acção é criticada pelos alunos e pouco eficaz;
- que a criação dos CP nas Escolas Secundárias veio resolver um problema de progressiva falta de alunos e de excesso de professores, o que veio agradar a várias partes, mais do que corresponder a uma decisão interiorizada pelas escolas secundárias que lançam os cursos profissionais.

Como notas para discussão no espaço público, deixo três observações:

- a) Corre-se um grande risco de perda das virtualidades históricas do ensino profissional, ao transpô-lo para as escolas secundárias sem o devido cuidado, sem a criação de condições “culturais” e por ruptura, imposta pela administração (na maioria dos casos). O risco é de perda de identidade do ensino profissional, identidade essa que se forjou ao longo de 21 anos, com reconhecido sucesso;
- b) O mercado de trabalho pode vir a criar uma forte clivagem entre os diplomados pelas EP e pelas ES, desvalorizando o “valor facial” dos diplomados por estas, o que pode vir a agravar a procura e aumentar ainda mais o insucesso. Nesse caso, será que a solução de criar CP em todas as escolas secundárias é uma boa solução educativa para cada escola?
- c) Se não se redefinir uma rede concelhia e interconcelhia que evite canibalismos na rede (entre escolas profissionais, escolas secundárias, centros de formação profissional, etc.), as escolas profissionais (porque privadas e responsabilizadas por “roubarem” os alunos às ES) serão conduzidas ao seu progressivo encerramento. A autora afirma: “considerando esta nova conjuntura, afigura-se-nos que a sobrevivência das escolas profissionais pode estar em perigo. Torna-se, por isso, imperioso que o Estado defina sem ambiguidades qual o papel que lhes reserva”. Eu acrescentaria, o Estado e todos nós.

Joaquim Azevedo, Maio 2010

Professor Catedrático da Universidade católica Portuguesa
Membro do Conselho Nacional de Educação